

**Memorando 28- 9.151/2023****De:** Flavia S. - AJFME**Para:** SPF - Subprocuradoria de Fundações - A/C Erivelton F.**Data:** 26/04/2023 às 17:17:42**Setores envolvidos:**

SG, FME, COM, PGM, FMEF, FMECON, PGM-AJ, COMSEL, FMED, SGCP, SPF, AJFME

**PNAE - LAR DA MENINA****PARECER JURÍDICO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, acerca da minuta anexada no despacho 20, pela Secretaria de Gestão. Em atenção ao artigo 4º, inciso II, da Lei Complementar nº 23/2009, que define a competência da Procuradora-Geral do Município para "Analisar previamente e vistar editais de licitação, contratos e convênios.", cumpre-nos registrar que a minuta supracitada, aparentemente não possuem irregularidades ou ilegalidades a serem sanadas, razão pela qual não se vislumbra óbice em seu prosseguimento.

Salvo o melhor juízo<sup>1</sup>, é o parecer.

Tubarão/SC, 26 de abril de 2023.

**Erivelton Alexandre de Mendonça Fileti**

Subprocurador de Fundações

OAB/SC 13.256

**Flávia Constantino da Silva**

Assistente Judiciário da Fundação Municipal de Educação

OAB/SC 47.790

<sup>1</sup> CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTROLE EXTERNO. AUDITORIA PELO TCU. RESPONSABILIDADE DE PROCURADOR DE AUTARQUIA POR EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO-JURÍDICO DE NATUREZA OPINATIVA. SEGURANÇA DEFERIDA. I. Repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico: (i) quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, sendo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; (ii) quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; (iii) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídica deixa de ser meramente opinativa e o administrador não poderá decidir senão nos termos da conclusão do parecer ou, então, não decidir. II. No caso de que cuidam os autos, o parecer emitido pelo impetrante não tinha caráter vinculante. Sua aprovação pelo superior hierárquico não desvirtua sua natureza opinativa, nem o torna parte de ato administrativo posterior do qual possa eventualmente decorrer dano ao erário, mas apenas incorpora sua fundamentação ao ato. III. Controle externo: É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. Mandado de segurança deferido. (MS 24631, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 09/08/2007, DJe-018 DIVULG 31-01-2008 PUBLIC 01-02-2008 EMENT VOL-02305-02 PP-00276 RTJ VOL- 00204-01 PP-00250)





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 770D-DAAC-A4C3-3136

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FLAVIA CONSTANTINO DA SILVA (CPF 093.XXX.XXX-78) em 26/04/2023 17:17:50 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ERIVELTON ALEXANDRE DE MENDONÇA FILETI (CPF 016.XXX.XXX-96) em 27/04/2023 09:28:14 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://tubarao.1doc.com.br/verificacao/770D-DAAC-A4C3-3136>